

A CRÍTICA DE PETER SINGER AO CARÁTER SAGRADO DA VIDA HUMANA APLICADA AO PROBLEMA DA EUTANÁSIA

¹ Leila Cristina Rosa

RESUMO: Este trabalho expõe a abordagem do filósofo Peter Singer à concepção tradicional da sacralidade da vida humana. Para o filósofo, a concepção de sacralidade da vida humana somente pode ser justificada a partir da atitude especista dos seres humanos em relação à vida dos demais seres. Singer sustenta que a vida deve ser pensada a partir da racionalidade, da autoconsciência e da autonomia. De modo que os seres humanos em estado de coma irreversível não possuem valor em si, pois que incapazes de manifestar preferências. Portanto, não justifica mantê-los vivos. Assim, os pressupostos da ética de Singer contribuem para o debate bioético quando este se propõe pensar em uma ética para a terminação da vida, especificamente neste texto tratadas as questões relacionadas à prática da eutanásia.

PALAVRAS-CHAVE: Eutanásia, Valor da vida, Sacralidade, Bioética, Consideração.

ABSTRACT: This paper sets out the approach of the philosopher Peter Singer to the traditional conception of the sacredness of human life. For the philosopher, the conception of the sacredness of human life can only be justified from the special attitudes of human beings in relation to the lives of other beings. Singer maintains that life must be thought from the rational, self-awareness and autonomy. So that human beings in a state of irreversible coma are not valuable in itself, since unable to express preferences. Therefore does not justify keeping them alive. Thus, the assumptions of the ethics of Singer contribute to the bioethical debate when it proposes to think of an ethics for the termination of life, specifically in the text addressed issues related to the practice of euthanasia.

KEYWORDS: Euthanasia, Value of life, Sanctity, Bioethics, Consideration.

1 INTRODUÇÃO

Deliberações morais fazem parte do cotidiano de qualquer ser humano autoconsciente, e que vive em sociedade. E sob este aspecto, a ética exerce a função de oferecer aos seres humanos princípios norteadores, que servem para indicar a melhor ação. E, na filosofia, a ética é disciplina fundamental, pois, através dela o filósofo chega mais perto de questões de moral e política (HARE, 2003, p.19). Pela mesma razão, permite-se entender a ética como reflexão filosófica sobre a moralidade.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. Este trabalho é fruto de pesquisas realizadas durante a graduação em filosofia sob a concessão de bolsa de iniciação científica CNPq/UFU durante os anos de 2008 à 2010, sob orientação do Prof. Dr. Alcino Eduardo Bonella.

E, em bioética, a reflexão filosófica possibilita a discussão acerca de instrumentos normativos capazes de corresponderem à realidade tecnológica, a fim de buscar respostas para os novos problemas e questões impostas pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Instrumentos estes que viabilizem, sob a óptica da universalização, discussões e pareceres sobre questões relacionadas a vida, tais como: o aborto, a eutanásia, transplantes de órgãos, manipulação genética. Conseqüentemente, outras questões surgem como desafios: a relação do ser humano com os animais, a responsabilidade social para com os outros seres humanos e também as questões ambientais.

O tema proposto para este trabalho, *A crítica de Peter Singer ao caráter sagrado da vida humana aplicada à eutanásia*, figura-se sob a proposta de buscar instrumentos que possibilitem o debate teórico bioético mediante as necessidades contemporâneas. Este estudo consiste na análise da teoria ética do filósofo australiano Peter Singer, atualmente professor na Universidade de Princeton – EUA.

Singer realiza um trabalho crítico da posição tradicional da ética. Ressalta-se, nesta monografia a crítica de Singer à concepção tradicional da sacralidade da vida. Dentre as implicações dessa sua tese, destacamos a inclusão dos animais sencientes, tradicionalmente considerados não-humanos, na comunidade moral, e a viabilidade da discussão do leque de questões relacionadas ao término da vida. Seus argumentos são fundamentados na teoria utilitarista, sabidamente uma concepção ética consequencialista, na qual, as conseqüências de uma ação variam conforme a circunstâncias, o que diverge completamente da teoria deontológica, para qual, a moralidade independe das conseqüências. Segundo Singer (2006,p.11):

[...] há uma abordagem sempre válida da ética que praticamente não é afetada pelas complexidades que tornam as normas simples difíceis de serem aplicadas: a concepção consequencialista. [...] O utilitarismo é a mais conhecida das teorias consequencialistas, ainda q não seja a única. O utilitarismo clássico considera uma ação correta desde que, comparada a uma ação alternativa, ela produza um aumento igual, ou maior, da felicidade de todos os que são por ela atingidos, e errada desde que não consiga fazê-lo.

Grosso modo, sua fundamentação ética consiste em quatro constatações: a dor é ruim, independente de quem a sente. Por outro lado, prazer e felicidade são bons, não importa para quem seja. Os seres humanos não são os únicos seres a sentir prazer e dor, já que existem animais não-humanos que manifestam esses sentimentos. Em terceiro lugar, a consideração do desejo de um ser não deve levar em conta a espécie a que pertence, nem o sexo ou a raça. Desse modo, quando avaliado o ato de tirar uma vida, a única característica a ser considerada deve ser a do

próprio desejo, seja o desejo em continuar vivendo, seja o de querer a morte. Por último, a concepção de que há responsabilidade sobre as consequências, sejam elas sobre os atos praticados, sejam sobre a omissão, isto é, “deveríamos pensar nas consequências daquilo que fazemos igualmente nas consequências daquilo que decidimos não fazer” (SINGER, 2002, p.12).

Antes de polêmica, a perspectiva ética de Singer é construtiva, pois expõe questões que por vezes se mantêm obscuras ou escamoteadas, como o tratamento concedido aos animais destinados ao abate, a distinção moral que a prática médica concede a bebês recém-nascidos normais e bebês portadores de deficiência grave e, por fim, a crítica ao caráter sagrado da vida humana que permite abordar várias questões complexas, algumas dessas, controversas.

Partindo do utilitarismo clássico, no qual todos contam como um e apenas por um, Singer (2006, p.30) propõe como princípio básico da igualdade o “princípio da igual consideração de interesses”, sob o qual, ao refletirmos sobre os interesses, levamos em consideração apenas os interesses, independente de quem os tem. Este princípio se contrasta com a noção comumente defendida de que todos os seres humanos são iguais. Ele tem como base a consideração dos interesses, ao contrário da tradicional ideia de uma igualdade concreta compartilhada por todos.

Neste sentido, o princípio da igual consideração de interesses permite discutir questões em que há o reclame por igualdade, como as relacionadas aos animais, ao sexo, à raça, à desigualdade de oportunidades. Sob essa ótica, Singer rejeita os ideais de igualdade de Rawls, que parte de uma ideia de “personalidade moral”, bem como todas as que se baseiam sob a concepção de que todos os humanos são iguais.

Ademais, Singer opõe-se à afirmação da sacralidade da vida humana, isto é, valor intrínseco. De acordo com ele, a adoção desta perspectiva é um ponto de vista especista, já que, reserva tratamento especial apenas a vida da espécie humana. E, a partir dessa crítica, Singer incluiu os animais não-humanos (sencientes) à comunidade moral, como também abre pressupostos para um franco debate acerca das questões relacionadas à vida e morte, como aborto e eutanásia.

A abordagem de Singer coloca-nos diante de um novo paradigma ético, que a princípio pode parecer polêmico por tratar de questões polêmicas em si mesmas. No entanto, seus argumentos se mostram pertinentes de modo que contribuem para a discussão de questões relacionadas a bioética contemporânea.

2 NOVA APLICAÇÃO DA ÉTICA A PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

2.1 A tensão entre a ética tradicional e o avanço tecnológico

Uma questão contemporânea no âmbito da ética é a busca por princípios que possam servir de orientação na abordagem das novas situações impostas pelo desenvolvimento tecnológico. Para Singer, a ética tradicional, frente aos problemas relacionados ao avanço tecnológico, não consegue dar respostas satisfatórias. Isso por defender que, em se tratando de questões práticas, o distanciamento do próprio ponto de vista possibilita ao agente moral a adoção de um ponto de vista universal.

De acordo com Singer (2002) nossa capacidade de raciocínio, então, pode ser um fator que nos afaste tanto do subjetivismo arbitrário quanto da aceitação acrítica dos valores de nossa comunidade. Não obstante, a razão pode nos conduzir a situações em que idéias tradicionais não conseguem resistir aos desafios impostos pelo ponto de vista universal.

A capacidade da razão de levar-nos para onde não contávamos ir também poderia levar a um curioso desvio diante do que se poderia esperar fosse a linha direta de evolução. Desenvolvemos a capacidade de raciocinar porque ela nos ajuda a sobreviver e a nos reproduzir. Mas se a razão é uma escada rolante, então, embora o começo do trajeto nos possa levar à sobrevivência e a reprodução, é possível ultrapassarmos o ponto necessário para lograr tão-só esse propósito. Podemos até mesmo acabar chegando a algum lugar que gere uma tensão com outros aspectos de nossa natureza. Quanto a isso, pode haver, afinal de contas, alguma validade na imagem kantiana da tensão entre nossa capacidade de raciocinar e aquilo que esta possa nos levar a considerar a ação correta, e nossos desejos mais básicos (SINGER, 2002, p.326).

Um dos desafios que a reflexão ética exige de nós é sobre a nova situação em que o avanço tecnológico nos colocou. Visto que os avanços no campo da biotecnologia fez emergir diversas discussões, grande parte delas relacionadas à vida.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela ética tradicional, Singer destaca alguns aspectos que ele considera como sendo os pontos fracos da ética tradicional. Em outras palavras, segundo o autor (2002, pp.261-292), são aspectos falsos da “velha ética”. Sua crítica é feita a concepções do tipo: “qualquer vida humana tem valor igual”, “é sempre errado tirar a vida de um ser humano inocente”, “é sempre errado tirar a própria vida” e, “é sempre errado permitir que o outro decida tirar sua vida”. Assim também, o mandamento “sede frutíferos e multiplicai-vos” (2002, p.271), e a tese de que a vida humana é sempre mais valiosa que qualquer vida não-humana são alvos da crítica de Singer.

A partir dessa crítica, o autor propõe uma nova abordagem da ética, na qual, permita-se abordar uma “ética da terminação da vida”.

Segundo Singer(2002), a objeção de que qualquer vida humana tem valor igual é o reconhecimento de que o valor da vida humana é variável. Os seres humanos devem ser tratados de acordo com características “eticamente relevantes”, sejam características inerentes à natureza do próprio ser humano, a consciência, a sociabilidade ou a dor causada pela perda do indivíduo.

Em consonância com o primeiro novo mandamento, devemos tratar os seres humanos de acordo com suas características eticamente relevantes. Algumas delas são inerentes à natureza do ser. Elas incluem a consciência; a capacidade de interação física, social e mental com outros seres; uma preferência consciente pela continuação da vida; e a possibilidade de experiências gratificantes. Outros aspectos relevantes dependem do relacionamento do ser com os demais: por exemplo, o fato de ter pais que irão lamentar a morte do indivíduo, o fato de ocupar dentro do grupo uma posição tal que, caso a pessoa seja exterminada, isso leve os outros a temerem por suas próprias vidas. Todas estas coisas fazem uma diferença quanto à consideração ou ao respeito que devemos ter por um ser (SINGER, 2002, p.264).

A concepção segundo a qual é sempre errado tirar a vida de um ser humano inocente não leva em consideração a questão da responsabilidade, nem a das ações praticadas, menos ainda a das omissões. Segundo Singer (2002, p.264) não é preciso que a nova abordagem da ética considere equivalente o ato de matar e o ato de deixar de salvar, visto que as pessoas que desejam viver devem ter seu interesse garantido.

No entanto, a distinção entre matar e deixar morrer é deveras menos nítida do que a princípio nos parece. “Repensar nossa ética de vida e morte pode nos levar a ver com mais seriedade nosso fracasso em fazer o necessário por aqueles cujas vidas poderíamos salvar sem grandes sacrifícios de nossa parte” (SINGER, 2002, p.269).

Quanto à idéia de que é sempre errado tirar a própria vida, e também permitir que o outro decida tirar sua vida, a objeção dá-se a partir do argumento de que o desejo do outro em viver ou morrer deve ser considerado, isto é, respeitado. O argumento de Singer (2006, p.97) inclui o sentido da palavra “pessoa” que, segundo Locke, consiste em um ser dotado de razão e reflexão, de maneira tal que, apenas uma pessoa é capaz de desejar viver ou morrer e, ainda, planejar seu futuro.

Assim, é errado pôr fim à vida de alguém, apenas nas circunstâncias em que agimos contra a vontade desse alguém. Portanto,

[...] Só uma pessoa pode desejar continuar a viver, ou ter planos para o futuro, porque só uma pessoa pode até mesmo entender a possibilidade de uma existência futura para si mesma. Isso significa que pôr um fim às vidas das pessoas, contra o desejo delas, é diferente de pôr um fim à vida de seres que não são pessoas. De fato, em sentido estrito, no caso dos que não são pessoas não podemos falar de eliminar suas vidas contra sua vontade, ou segundo suas vontade, porque tais seres não são capazes de ter uma vontade no tocante a essa questão (SINGER, 2002, p. 271).

No que diz respeito ao argumento tradicional, que aconselha a reprodução humana, Singer observa que devemos nos preocupar com o tratamento da vida humana antes que esta venha a tornar-se uma pessoa, isto é, “só traga ao mundo filhos desejados”. Na nova abordagem da ética Singer trata das questões relacionadas ao embrião humano recusando o argumento da potencialidade, o qual se baseia na idéia de que o embrião é uma pessoa em potencial. De modo que, para o autor, “o fato de o embrião poder transformar-se numa pessoa não significa que ele agora tenha a capacidade de ser prejudicado. [...] O embrião não tem, nem jamais teve, qualquer vontade ou desejo” (SINGER, 2002, p.273).

E, por último, sobre a idéia de que a vida humana é sempre mais valiosa que qualquer vida não-humana, Singer rejeita a visão na qual todas as vidas humanas possuem igual valor. E, extrapolando a concepção antropocêntrica da ética tradicional, inclui à comunidade moral os animais não-humanos sencientes. Esta inclusão é justificada pelo argumento de que é errado discriminar um ser com base na espécie. De modo que:

[...] devemos assegurar àqueles animais não-humanos o mesmo direito à vida que garantimos ao seres humanos, ou considerar tão seriamente errado pôr um fim às vidas daqueles animais não-humanos quanto consideramos pôr um fim à vida de um ser humano com as mesmas características ou combinações de características (SINGER, 2002, p.277).

Considerando, portanto, as críticas de Singer à ética tradicional, admite-se estar diante de uma alternativa capaz de orientar e promover os debates no âmbito da bioética, nos quais estão presentes temas relacionados à igualdade, à vida e à morte, visto que sua perspectiva sustenta que a avaliação de tirar ou não uma vida não pode estar pautada na raça, no sexo ou na espécie a que pertence o indivíduo.

3 TIRAR A VIDA: PESSOAS E NÃO-PESSOAS

3.1 Princípio da igual consideração de interesses

Tema recorrente nos debates éticos e políticos, a idéia de que todos os seres humanos são iguais é quase uma unanimidade. Entretanto, para Singer, se formos além do consenso de que as formas notórias de discriminação racial são condenáveis, se questionarmos a base do princípio de que todos os seres humanos são iguais e tentarmos aplicar esse princípio a casos específicos, o consenso começará a perder sua força (SINGER, 2006, p.26).

Para nosso autor, o primeiro problema que se constata quando questionado a base do princípio de igualdade, no qual todos os homens são iguais, é que os seres humanos não são todos iguais. Por conseguinte, a busca de uma base factual que possa sustentar o princípio da igualdade parece inalcançável.

Neste sentido, teorias como a de John Rawls, que tenta fundamentar o princípio da igualdade nas características naturais dos seres humanos, defendem, de acordo com Singer, a idéia de que a personalidade moral é uma questão de grau, o que leva-nos a questionar de onde é que se deve traçar a linha que delimita o mínimo necessário para se situar na esfera do princípio de igualdade. Ademais, não é verdade que todos os seres humanos dispõem de uma personalidade moral. Por isso, “a posse de uma ‘personalidade moral’ não oferece uma base satisfatória para o princípio de que todos os seres humanos são iguais” (SINGER, 2006, p.28).

Nota-se que, na acepção de Singer, o fato de os seres humanos serem diferentes entre si é relevante para se propor um princípio mínimo de igualdade, já que a igualdade é um princípio ético básico, e não uma assertiva factual.

Admitida, portanto, a idéia de que a base do princípio de igualdade não inclui aspectos factuais, e ainda, de acordo com a máxima utilitarista, todos têm igual valor, Singer propõe como princípio básico de igualdade o *princípio da igual consideração dos interesses*.

A essência do princípio da igual consideração significa que, em nossas deliberações morais, atribuímos o mesmo peso aos interesses de todos os que são atingidos por nossos atos. Isso significa que, se apenas X e Y viessem a ser atingidos por um possível ato, e que, se X estiver mais sujeito a perdas e Y mais sujeito a vantagens, melhor será deixar de praticar o ato. Se aceitarmos o princípio da igual consideração de interesses, não poderemos dizer que é melhor praticar o ato, a despeito dos fatos descritos, porque estamos mais preocupados com Y do que com X. Eis a que o princípio realmente equivale: um interesse é um interesse, seja lá de quem for esse interesse (SINGER, 2006, p.30).

De acordo com Singer, o princípio da igual consideração de interesses atua como uma balança de modo a considerar apenas os interesses, independente de quem os tenha.

3.1.1 *Implicação do princípio da igual consideração dos interesses*

Todavia, o princípio não impõe tratamento igual. Ou seja, como princípio básico de igualdade o objetivo consiste numa tentativa de se chegar a resultados mais igualitários.

“Em casos especiais, a igual consideração de interesses pode aumentar, em vez de diminuir, a diferença entre duas pessoas em níveis distintos de bem-estar. É por esse motivo que esse princípio é um princípio mínimo de igualdade, e não um princípio igualitário perfeito e consumado.” (SINGER, 2006, p.34-35).

No entanto, o princípio da igual consideração de interesses mostra-se, se não suficiente, necessário para discutir questões relativas à igualdade de tratamento de interesses de seres humanos e de animais não-humanos.

3.1.2 *Consideração para com as animais não-humanos*

A partir da proposição de que a igualdade é uma idéia moral e não uma afirmação factual, não há uma justificativa lógica para tratar os interesses dos animais não-humanos sob a prerrogativa dos seres humanos.

Assim, deve-se considerar os interesses de todos os seres afetados pela ação, tendo cada interesse peso igual, isto é, “o princípio da igualdade [deve] ser estendido a todos os seres, negros ou brancos, do sexo masculino ou feminino, humanos ou não humanos” (SINGER, 2004, p.7). Nesta ótica, a atitude comum dos seres humanos em relação aos animais não-humanos se caracteriza como uma atitude “especista”, termo utilizado para definir o “preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outras” (SINGER, 2004, p.68).

A inclusão dos animais não-humanos na esfera moral parte da tese de que a capacidade de sentir prazer ou dor é vista como pré-requisito para se ter algum interesse. A crítica utilitarista, quanto ao modo em que os seres humanos tratam os interesses dos animais não humanos, já pode ser encontrada nos primórdios dessa corrente ética, em sua abordagem clássica. Jeremy Bentham (1974), filósofo precursor da teoria utilitarista, já fazia objeções sobre o modo com que os animais não-humanos eram tratados.

Pode vir o dia em que o resto da criação animal adquira aqueles direitos que nunca lhes deveriam ter sido tirados, se não fosse por tirania. Os franceses já descobriram que a cor preta não constitui motivo pelo qual um ser humano possa ser entregue sem recuperação ao capricho do verdugo. Pode chegar o dia em que se reconhecerá que o número de pernas, a pele peluda, ou as extremidades do os *sacrum* constituem razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível à mesma sorte. Que outro fator poderia desmarcar a linha divisória que distingue os homens dos outros animais? Seria a faculdade de raciocinar, ou talvez a de falar? Todavia, um cavalo ou um cão adulto é incomparavelmente mais racional e mais social e educado que um bebê de um dia, ou de uma semana, ou mesmo de um mês. Entretanto, suponhamos que o caso fosse outro: mesmo nesta hipótese, que se demonstraria com isso? O problema não consiste em saber se os animais podem raciocinar, tampouco interessa se falam ou não; o verdadeiro problema é este: podem eles sofrer? (BENTHAM, 1974, p.79).

No mesmo sentido, para Singer a capacidade de sentir dor ou prazer é suficiente para assegurar que um ser possua interesses, isto é, “se um ser sofre, não pode haver qualquer justificativa moral para deixarmos de levar em conta esse sofrimento, [...] [de modo que,] o limite da senciência [...] é a única fronteira defensável de consideração dos interesses alheios” (SINGER, 2004, p.10).

3.2 A relação entre a consciência dos animais não-humanos e sua personalidade

Mas, admitir que animais não-humanos esboçam reações semelhantes às dos seres humanos, quando ambos são submetidos a circunstâncias de estricção, é admitir apenas um dos aspectos da semelhança entre seres humanos e animais não-humanos. Dentre outros aspectos, “o comportamento dos animais aponta para a conclusão de que eles têm memória do passado e expectativas quanto ao futuro, que têm consciência de si, que articulam intenções e agem de modo a concretizá-las” (SINGER, 2006, p.124).

Ora, considerando a definição supracitada de John Locke, tal como referida por Singer (2002, p. 97), na qual uma pessoa consiste em um ser pensante e inteligente dotado de razão, reflexão, e tem capacidade de se ver como tal, e ainda mais, a partir da constatação científica de que animais não-humanos, ao menos alguns deles, possuem, dentre outras qualidades, memória, capacidade de se projetar no futuro, e consciência de si implica que alguns animais não-humanos são pessoas.

De outro modo, o princípio da igual consideração de interesses, estendido à comunidade dos animais não-humanos, leva à assunção de que o comportamento atual dos seres humanos em relação aos animais não é éticamente defensável. E a recusa em admitir a inclusão dos animais

não-humanos sencientes à comunidade moral consiste apenas no desejo em preservar o privilégio dos interesses humanos em detrimento aos interesses dos animais não-humanos.

E, de acordo com a perspectiva de Singer, para quem o tratamento concedido aos animais não-humanos não pode ser justificado por princípios éticos, Sônia Felipe (2003, p. 91-92), sustenta que:

[...]Se a ética é a busca do aprimoramento moral da espécie humana, tal aprimoramento do sujeito moral certamente não ocorrerá enquanto esse mesmo sujeito usar dois pesos e duas medidas para orientar-se nas decisões que toma; um, quando pesa os benefícios de sua ação voltada para dar maior conforto e bem-estar aos membros da própria espécie[...], outro, quando se trata de fazer uso de outros seres como se fossem meros objetos ou instrumentos colocados à sua disposição para que seus interesses e necessidades, ainda que mesquinhos, sejam satisfeitos. Não há moralidade alguma em tal incoerência, pois do mal causado a outrem não resulta o bem comum a ambos [...]. A ética crítica coloca limites ao gozo humano, ao declarar que os demais seres não estão no mundo para saciar nosso ego, do mesmo modo como nenhum de nós aceita ser objeto para saciedade de gozo alheio. Nossos interesses e preferências têm tanto valor para nós quanto o têm para si interesses e preferências de qualquer ser capaz de os ter.

De modo semelhante Singer (2006, p.89) defende que “por mais interesseiras que sejam as origens da ética, é possível, uma vez que começamos a pensar eticamente, que sejamos levados para além dessas premissas mundanas [explicações históricas, tradicionais ou religiosas]. Pois somos capazes de raciocínio, e a razão não é subordinada ao interesse pessoal.”

4 CRÍTICA À PRETENSA SACRALIDADE DA VIDA HUMANA

4.1 A vida humana: nem sagrada nem de valor intrínseco

A crítica de Singer à sacralidade habitualmente concedida a vida, deve-se pelo fato do *status* de sagrado ser admitido apenas no sentido da vida humana. Pois do contrário, a consideração de sacralidade deveria se estender desde a vida dos animais até à vida de um vegetal. Sua crítica, portanto, mostra-se pertinente, uma vez que, “a doutrina da santidade da vida humana é mais que uma forma de afirmar que a vida humana tem algum valor muito especial, um valor totalmente distinto do valor das vidas de outros seres vivos” (SINGER, 2006, p.94).

Assim, na tentativa de compreender acerca do valor da vida, Singer separa a doutrina da santidade da vida humana em duas asserções diferentes. De maneira que, a primeira afirmação é quanto o valor especial da vida humana, isto é, valor intrínseco. E a segunda, consiste na afirmação de que há um valor especial na vida de uma “pessoa”.

Consoante à primeira assertiva, a de que a vida humana possui um valor sacro, pelo fato de se tratar de seres humanos, esta é facilmente refutável. Haja vista que, para Singer (2006, p.98):

[...]os fatos biológicos que determinam a linha divisória da nossa espécie não têm um significado moral. Dar preferência à vida de um ser simplesmente porque ele é membro de nossa espécie é algo que nos colocaria na mesma posição dos racistas, que dão preferência aos que são membros de sua raça.

Portanto, a concepção de que conceder preferência à vida a um ser, apenas por este pertencer a espécie humana, não pode ser ética. Desse modo, a primeira alternativa não pode ser defendida.

Quanto à segunda, de ter o ser humano valor intrínseco, Singer propõe a distinção dos termos “ser humano” e “pessoa”. De modo que, a palavra “humano” aplica-se a membros da espécie *Homo sapiens* e, “pessoa” implica um ser racional e autoconsciente. Essa definição proposta por Singer converge de duas outras definições, a saber: A definição de Fletcher, o qual, segundo Singer (2006, p.96), propõe que elementos como consciência de si, autocontrole, senso de futuro e passado, capacidade de interação, preocupação, curiosidade e comunicação sirvam como “indicadores de humanidade”. A outra definição é de John Locke, que define pessoa como: “ser pensante e inteligente dotado de razão e reflexão, que pode ver-se como tal, a mesma coisa pensante, em tempos e lugares diferentes.” (LOCKE apud SINGER, 2006, p.97).

Ora, admitida a definição de pessoa como ser racional e autoconsciente, isso implica a admissão da concepção na qual há membros da espécie *Homo sapiens* que não são pessoas, enquanto que, há pessoas que não são membros da espécie *Homo sapiens*.

Entretanto, voltando à questão do valor da vida de uma pessoa, Singer sustenta que, ao refletimos sobre o valor da vida podemos afirmar de modo confiante que uma vida é uma vida, e é igualmente valiosa independente de se tratar de um ser humano ou de um animal. E, que a simples diferença de espécie não serve à justificativa moral para dizer que matar um indivíduo da espécie *Homo sapiens*, caracteriza um ato mais grave que tirar a vida de um indivíduo de outra espécie. Esta concepção, entretanto, por vezes é mal compreendida, e muitas são as críticas apressadas dirigidas a Singer como quem não considera a vida humana mais valiosa que a vida de um animal. Não é o caso.

Apesar de Singer extrapolar a comunidade moral incluindo nela animais não-humanos, e argumentar que a condição do ser humano para pertencer à espécie *Homo sapiens* não lhe dá privilégio em relação às outras espécie, no sentido de sua vida possuir maior valor, ele sustenta que há uma diferença pela qual é permitido pensar o aspecto da razão de ser, em algumas situações, pior matar alguns seres do que outros.

Singer parte do ponto de vista do utilitarismo, no qual, uma ação contrária à preferência do indivíduo é uma ação errada, exceto se tal preferência é superada, em termos de valor, pela preferência dos demais indivíduos. Neste sentido, os seres humanos possuem uma característica que, embora variável, permite diferenciá-los dos demais seres – o desejo de continuar vivendo. E, frustrar o desejo de alguém em continuar vivendo é, portanto, errado, já que, “para o utilitarismo preferencial, e não para o utilitarismo clássico, tirar a vida de uma pessoa será normalmente pior do que tirar a vida de algum outro ser, visto que, em suas preferências, as pessoas orientam-se muito pelo futuro” (SINGER, 2006, p.104-105).

O argumento utilitarista preferencial² ao contrário do clássico, ajuda a pensar acerca do certo e do errado quanto a tirar a vida de um ser, de tal maneira a trazer uma relevante implicação. Pois, para o utilitarismo preferencial, tirar a vida de uma pessoa consiste em algo mais grave que tirar a vida de um ser que não é pessoa. Mas não é equivalente admitir, segundo Singer, que o utilitarismo justifica a morte de seres conscientes, isto é, seres sem percepção de passado e futuro, mas capazes de sentir dor e prazer. O utilitarismo de preferência considera o interesse de todos os seres sencientes, tendo a sensibilidade como limite defensável. Ou seja, “quando um ser não for capaz de sofrer, nem de sentir alegria ou felicidade, não haverá nada a ser levado em consideração”(SINGER, 2006, p.68).

Portanto, errado é tirar a vida de seres conscientes e, nesta categoria estão inclusos animais não-humanos, bebês recém-nascidos e seres humanos com deficiências mentais. Quando se trata de discutir acerca do valor da vida, comparada à vida de uma pessoa, questiona-se qual é o valor da vida de seres conscientes.

4.2 Vida Consciente

Quando se trata de hierarquizar o valor da vida, Singer argumenta que não há pressupostos que permitam dizer que uma vida é mais ou menos valiosa do que a outra. E, a concepção na qual a vida humana possui valor intrínseco é facilmente refutada quando questionada, acabando por se revelar uma posição especista. Ademais, quanto a tirar a vida de seres conscientes caracteriza-se um erro, quando admitida a idéia de que a morte é o fim de todas as experiências agradáveis.

² O qual as “julga as ações não por sua tendência a maximizar o prazer ou minimizar o sofrimento, mas pela verificação de até que ponto elas correspondem às preferências de quaisquer seres afetados pela ação ou por suas consequências.” (Singer, 2006, p.104).

Por outro lado, a abordagem de Singer privilegia a senciência, o que leva-nos a admitir que para Singer, de fato, apenas as pessoas, isto é, a vida de seres conscientes de si mesmas possuem valor em si.

Para um ser que não tem consciência de si, a morte é a interrupção das experiências, num sentido semelhante ao do nascimento representar o início das experiências. (...) Nessa medida, no caso da vida não consciente de si, o nascimento e a morte anulam-se mutuamente, ao passo que, no caso dos seres autoconscientes, o fato de que, uma vez consciente, um ser pode desejar continuar vivendo significa que a morte inflige uma perda para a qual o nascimento de outro ser não constitui uma compensação suficiente (SINGER, 2006, p. 135-136).

Esta assertiva permite um amplo debate acerca de questões como o aborto e a eutanásia, visto que parte do princípio que o valor da vida do indivíduo é intrínseco à autoconsciência e a capacidade de ver-se existente através do tempo. Assim, a próxima sessão será dedicada especificamente à análise do problema ético da eutanásia.

5 A EUTANÁSIA NA PERSPECTIVA ÉTICA DE PETER SINGER

5.1 Que é eutanásia?

A palavra “eutanásia” vem do grego *eu*, bom, e *thánatos*, morte, isto é, uma boa morte. Grosso modo, morte sem sofrimento.

Quanto ao que diz respeito à eutanásia, são várias as idéias que a circunscrevem. Não obstante, muitas equivocadas, dentre elas se destacam a relação com o programa de extermínio humano nos campos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Nela, estima-se que cerca de 275.000 pessoas tiveram sua morte provocada por gases tóxicos.

É preciso salientar que a prática nazista de extermínio em nada se identifica com o que de fato se refere a prática da eutanásia. O nazismo condenava à morte pessoas que não desejam morrer, não levando em conta o direito à dignidade humana. Ademais, de acordo com Dr. Leo Alexander³, renomado pesquisador sobre práticas médicas em casos de ditadura, o critério nazista consistia em

³ Leo Alexander, "Medical Science under Dictatorship", *New England Journal of Medicine*, 14 de Julho de 1994, p. 40.

eliminar indivíduos identificados como inúteis, classificados de acordo com as autoridades nazistas, ou seja:

O extermínio humano na Alemanha incluía os mentalmente incapazes, os psicóticos (especialmente os esquizofrênicos), epiléticos e pacientes com problemas resultantes da velhice e de várias perturbações orgânicas e neurológicas, tais como paralisia infantil, doença de Parkinson, esclerose múltipla e tumores cerebrais... No fundo, eram mortos todos os que eram incapazes de trabalhar e considerados não - reabilitáveis. (ALEXANDER, 1994, p.40).

Portanto, esta prática em nada se relaciona com o que de fato significa a prática da eutanásia. De modo que, ao tratarmos sobre a eutanásia, devemos pensar sob a perspectiva da morte programada como um acontecimento que deve acontecer de tal maneira que se respeite o direito e a dignidade para quem morre.

A questão sobre a eutanásia aparece nas discussões médicas, quando as tentativas de prolongar a vida de um paciente violam a dignidade deste. Não obstante, de acordo com Pessini (2004) a crítica à terapia do prolongamento da vida, ou seja, a distanásia, não implica numa defesa da eutanásia.

Entretanto, o princípio ético da autonomia, aplicado à bioética, aliando a defesa da liberdade, na qual, o ser humano possui direito de decidir sobre seu próprio corpo, concede ao indivíduo o direito de decidir entre viver e morrer.

E ainda, de acordo com Engelhardt Jr., a morte exige decisões. Assim como a boa vida, a boa morte também exige planejamento. E sobre a eutanásia Engelhardt sustenta que se não há diferença entre desejar a morte de um indivíduo e permiti-la. Então, não há impedimento ético para se praticar a eutanásia, se é este o desejo do indivíduo.

De fato, o princípio do consentimento não impede de terminar a vida de um indivíduo que já foi competente e 1) que não é mais competente e 2) não voltará a ser competente, 3) quando parece haver provas claras e convincentes de que a pessoa teria desejado não apenas ter permissão para morrer, mas ter sua morte acelerada nas circunstância em questão. (ENGELHARDT Jr., 1998, 440).

O argumento de Engelhardt esboça a situação da eutanásia voluntária, na qual, o pedido de morte é feito pelo paciente. E, proposta de Singer, no que diz respeito a eutanásia, inclui, além da eutanásia voluntária, dois outros tipos de eutanásia: a eutanásia involuntária e a eutanásia não-voluntária.

5.2 Eutanásia voluntária

A própria nomenclatura deixa explícito que a eutanásia voluntária se trata de uma ação que atende à vontade do paciente. E é considerada voluntária até mesmo nas circunstâncias em que a pessoa não é mais capaz de decidir quanto realizar eutanásia, mas que anteriormente tenha deixado registrada sua vontade mediante um possível quadro de perda de consciência.

Apesar de se tratar de uma decisão pessoal, as restrições legais em alguns países impedem que o desejo do paciente seja atendido. Ao contrário da eutanásia não-voluntária, a eutanásia voluntária envolve pacientes racionais e conscientes de si mesmo e, de acordo com Singer, como já referido acima na sessão 5.1 tirar a vida de um ser autoconsciente é algo mais sério do que tirar a vida de um ser apenas consciente. Entretanto, a partir do utilitarismo, da teoria do direito e do princípio de autonomia Singer apresenta soluções para os entraves acerca do ato de tirar a vida, no caso da eutanásia voluntária.

A tese clássica utilitarista de que os seres autoconscientes temem a morte, de modo que, tirar a vida de alguém autoconsciente impõe medo aos demais, é facilmente resolvida, a partir do momento em que a morte só é causada sob o consentimento do próprio indivíduo. Já quanto ao utilitarismo de preferência, no qual o desejo do indivíduo deve ser levado em conta, a questão é resolvida quando a vontade ou o interesse do indivíduo é respeitado, continuar vivendo ou morrer, de acordo com as razões para a decisão que for tomada.

No que diz respeito à teoria dos direitos, quando admitido o direito à vida, conseqüentemente não caracteriza erro solicitar que o médico atenda ao pedido de por fim à vida, visto que, o que ocorre é apenas o ato de abrir mão do próprio direito à vida.

E, sobre o princípio do respeito à autonomia, segundo o qual é permitido ao indivíduo viver de acordo com seus desejos, este, portanto, não pode ser contrário ao desejo do indivíduo em decidir pela eutanásia. Nas palavras de Singer (2006, p.205): “ainda que não existam razões para se pensar que a eliminação de um ser autoconsciente é normalmente pior do que a de qualquer outro tipo, nos casos especiais de eutanásia voluntária a maior parte dessas razões não são contrárias a ela, mas, antes, a favorecem.”

Entretanto, se Singer apresenta os argumentos que justificam a eutanásia voluntária, o mesmo não ocorre em se tratando da eutanásia involuntária.

5.3 Eutanásia involuntária

A eutanásia involuntária consiste na ocasião em que a pessoa morta teve condição de decidir sobre a própria morte e, no entanto, não decidiu, seja porque não lhe perguntaram, ou seja porque quando perguntada se desejava morrer ela responde que desejava continuar vivendo.

Para Singer, este caso reúne sob a mesma classe dois casos distintos. Pois, uma coisa é matar alguém que prefere continuar vivendo, e outra coisa é matar alguém que não apresentou vontade de morrer, mas que se perguntado teria decidido. Assim, chega-se agora ao terceiro tipo de eutanásia, a não-voluntária. Ele argumenta que se pode praticar a eutanásia em alguém que não consentiu apenas quando essa prática proporcionar o alívio diante de intolerável sofrimento. Ao contrário disso a prática não é justificada (SINGER, 2006, 205). Não há razões para que se mate alguém autoconsciente para o utilitarismo clássico, para o utilitarismo preferencial, para a teoria dos direitos, e nem segundo o respeito à autonomia – não se justifica a morte involuntária de um ser autoconsciente, segundo Singer. Ele questiona se porventura esta ação se justificaria pelo menos a partir das bases paternalistas, já que a intenção é livrar o indivíduo doente de uma grande agonia. Contudo, Singer sustenta ser difícil julgar quanto ao desejo de outra pessoa em continuar vivendo.

Mas há casos nos quais a pessoa a ser morta é incapaz de compreender acerca do seu próprio sofrimento e, que este será permanente até o último momento. Nesses casos, é necessário que a decisão seja baseada a partir do raciocínio ético no nível crítico⁴. No nível intuitivo,⁵ aplicar a eutanásia involuntária consiste em uma ação injustificada, por se considerar errado tirar a vida de alguém que, enquanto autoconsciente, não expressou sua posição quanto a prática da eutanásia. Já o raciocínio no nível crítico poderá considerar justificada a eutanásia involuntária.

5.4 Eutanásia não-voluntária

Para Singer (2006, p.189), dentre as situações em que a prática da eutanásia não-voluntária se justifica, encontra-se a situação de bebês recém-nascidos com graves deficiências, indivíduos adultos portadores de grave deficiência mental desde a infância, e ainda de pessoas que algum dia foram capazes de decidir sobre viver ou morrer, mas, no entanto, encontram-se no momento incapazes de tomar tal decisão devido ou a acidentes ou a doenças que comprometeram a capacidade de decisão.

5.5 Eutanásia não-voluntária em bebês recém-nascidos

⁴ Nível de raciocínio exigido em casos excepcionais, nos quais, segundo Hare (2003, p.10) “há um conflito entre princípios, de modo que a universalidade de um desses princípios é questionada”.

⁵ Nível de raciocínio moral “no qual simplesmente aplicamos os princípios que apreendemos, sem muita reflexão” (HARE, 2003, p.9).

Quanto a tirar ou não a vida de um bebê recém-nascido com grave comprometimento mental, e tirar a vida de um bebê normal, para Singer não há nenhuma diferença, visto que em ambas as situações tais bebês não dispõem do direito à vida conforme o direito que dispõe uma pessoa. Segundo ele “nenhum bebê – deficiente ou não – tem um direito à vida tão forte quanto o dos seres capazes de ser ver como entidades distintas que existem no tempo” (SINGER, 2006, p.192).

Entretanto, a decisão quanto à vida e morte do bebê deve ficar a cargo dos pais. Ademais, argumenta Singer (2006, p.193):

[...] se decidirmos a examinar os bebês em si mesmos, independentemente das atitudes de seus pais, veremos que, como a espécie a que pertencem não é relevante para o seu *status* moral, devem aplicar aqui, também, os princípios que regem o erro de matar animais que são sencientes, mas não racionais ou conscientes de si. [...] O respeito pela autonomia também não pode aplicar-se onde não existe capacidade de autonomia. [...] Portanto, a qualidade de vida que se espera que o bebê tenha é um fator importante.

O argumento de Singer a favor da eutanásia nos casos em que um bebê está condicionado a uma vida miserável fundamenta-se sob as duas versões do utilitarismo por ele abordado. O utilitarismo do ponto de vista “da existência prévia” e ponto de vista “total”. De modo que, o ponto de vista “da existência prévia” consiste na idéia de que uma decisão deve levar em conta apenas os seres já existentes, ou, que existirão independentemente da decisão. Ou seja, o ponto de vista da existência prévia:

nega que haja valor no fato de aumentar-se o prazer através da criação de novos seres. [...] Talvez o melhor que se possa dizer – mesmo não sendo muito satisfatório – é que não há nada de diretamente errado em se conceber uma criança que seja infeliz, mas que, uma vez que tal criança existe e já que sua vida não pode ter nada além de infelicidade, deveríamos reduzir a quantidade de sofrimento no mundo através de um ato de eutanásia. (SINGER, 2006, p. 113-114).

Já o argumento utilitarista do ponto de vista total sustenta que se deve aumentar a quantidade de prazeres no mundo, seja aumentando o prazer dos seres existente, ou, seja pelo aumento de seres que existem. No caso de um bebê portador de grave deficiência mental, os pais devem incluir na tomada de decisão o provável prazer ou desprazer que seu filho terá no futuro. Neste caso, a decisão leva à eutanásia, visto que, sob o ponto de vista total se recomenda que “aumentar a quantidade de prazer no mundo através do aumento do número de vidas agradáveis é bom e ruim reduzir a quantidade de prazer no mundo através da diminuição do número de vidas agradáveis” (SINGER, 2006, p.112).

Não obstante, os dois tipos de ponto de vista não satisfazem às situações em que um bebê ou uma criança é portadora de algum tipo de deficiência que compromete a sua qualidade de vida, mas não de modo miserável. Para Singer (2006, p.195) os hemofílicos enquadram nesta classe.

Na perspectiva da existência prévia, no bebê que já existe pode ocorrer que a felicidade supere a infelicidade. Portanto, matar este bebê configura um erro. Já na perspectiva da versão total a posição utilitarista é mais complexa, pois leva a perguntar se a morte do bebê hemofílico permitiria o nascimento de outra criança, e se a vida da outra criança seria melhor do que a do bebê morto. Sob esse ponto de vista, a morte do bebê hemofílico pode ser permitida, desde que sua morte não traga sofrimento às outras pessoas. O ponto de vista total considera que os seres são substituíveis. Para Singer, esse aspecto pode parecer “bizarro” a primeira vista (SINGER, 2006, p.197). No entanto, a decisão de realizar um aborto devido a má formação do feto, caracteriza-se em conceder ao feto o sentido de algo permutável e substituível.

Tirar a vida de bebês portadores de deficiência mental é defendido por Singer como algo que é bom. Bom seria, também, se bebês recém-nascidos fossem considerados substituíveis, como no caso dos fetos, já que há casos de deficiência que o diagnóstico pré-natal não detecta, e estender a concepção de permutável aos recém-nascidos daria aos pais o direito de decidir pela vida ou morte do bebê.

Seguindo a perspectiva de que a eutanásia é não - voluntária quando os indivíduos à ela submetidos jamais teve a capacidade de decidir quanto viver e morrer, como o caso de bebês portadores de deficiências grave já tratado. Passa-se agora a situação, na qual, os indivíduos um dia foram capazes de decidirem, mas, no entanto, não o fizeram e agora se encontram incapacitados.

5.6 Outros casos de eutanásia não - voluntária

De acordo com Singer, os indivíduos que se encontram incapacitados para decidir quanto à vida e a morte, que outrora poderiam ter decidido mas que, no entanto, não manifestaram sua vontade quanto a eutanásia, não diferem muito dos bebês deficientes. Isso porque eles não dispõem de racionalidade, de autoconsciência e de autonomia. De tal maneira que, também neste caso, não se aplica a consideração sobre o direito à vida e o princípio da autonomia. Porque, “se essas pessoas não vivem experiência alguma, e jamais voltarão a vivê-las, suas vidas não têm nenhum valor intrínseco. A viagem chegou ao fim. Estão vivas biologicamente, mas não biograficamente.” (SINGER, 2006, p.201).

Na perspectiva de Singer, a vida de seres humanos em estado de coma irreversível não possui valor em si, uma vez que esses são incapazes de manifestar preferência. Sendo assim, não justifica mantê-los vivos. A única objeção à decisão de se praticar a eutanásia é se em algum momento da vida consciente algum desses indivíduos expressou que não desejaria de modo algum ser submetido à eutanásia não-voluntária.

Singer, ainda sobre a eutanásia, reflete sobre uma das práticas médicas que consiste no sistema de seleção, no qual, os bebês que nascem portadores de graves deficiências são escolhidos com base na probabilidade de terem maior chance de sobrevivência. Os bebês descartados são abandonados à sua própria “sorte”. Eles não recebem cuidados médicos especiais, uma vez que, suas vidas não são desejadas. Esta prática médica não é considerada eutanásia, e sim um modo de não interferir na morte.

Na teoria, trata-se da “doutrina dos atos e das omissões”. Segundo essa perspectiva existe uma distinção moral entre agir em prol de determinada consequência e, permitir que aconteça algo que leve à mesma consequência.

Singer critica essa concepção, já que sustenta não haver diferença moral entre matar e permitir a morte acontecer por naturalmente. Ele aponta que há responsabilidades pelas consequências, sejam elas causadas pela ação, sejam pela omissão. “Não existe diferença que dependa exclusivamente da distinção entre um ato e uma omissão”(SINGER, 2006, p.219). Para o referido autor, não justifica, portanto, haver concessão entre a eutanásia passiva e a eutanásia ativa, visto que, permitir a morte de alguém a fim de acabar com o seu sofrimento, como ocorre na eutanásia passiva, não difere moralmente de agir em prol da morte de alguém que se encontra em estado agonizante, o que seria uma ação humanitária e apropriada.

O apelo que alguns grupos fazem quanto à intenção em permitir a morte e matar, não é suficiente para impor uma distinção. Os que assim pensam apelam para a “doutrina do duplo efeito” – na qual uma ação pode ter dois efeitos – e que no caso em que a consequência é a morte, esta seria apenas um efeito colateral indesejado. Enquanto que no caso do efeito benéfico, consiste em não violar uma norma absoluta, não matar, o que seria, assim, trata-se de um efeito “diretamente pretendido”. Contudo, ressalta Singer (2006, p. 219) “a distinção entre efeito diretamente pretendido e efeito colateral é uma distinção forjada. Não podemos fugir à responsabilidade simplesmente direcionando a nossa intenção para um efeito, e não para o outro”.

Sob a mesma perspectiva, há o apelo por tratamentos “comuns” e “incomuns”, segundo o qual não haveria obrigação em aplicar tratamentos incomuns. Para Singer (2006, p.221) “os que apelam para essa distinção estão ocultando as suas concepções consequencialista sob o manto de uma ética absolutista; o seu manto, porém, está roto, e não há mais como ocultar o disfarce”.

Embora haja tentativas em estabelecer diferença entre permitir a morte e agir em prol desta, como o apelo pela doutrina do duplo efeito ou a distinção entre meios comuns e incomuns, Singer sustenta que a eutanásia ativa consiste num procedimento humanitário e moralmente justificável, uma vez que a eutanásia passiva é um processo demorado, e que às vezes a suspensão de medicamentos e alimento não corresponde a expectativa de uma morte rápida. Singer (2006, p. 223), nesse sentido, aponta que:

As maneiras passivas de pôr fim à vida resultam numa morte arrastada. Introduzem fatores irrelevantes (uma obstrução intestinal, ou uma infecção fácil de curar) no processo de seleção daqueles que vão morrer. Se somos capazes de admitir que nosso objetivo é uma morte rápida e indolor, não deveríamos permitir que o acaso determinasse se este objetivo deve ou não concretizar-se. Tendo optado pela morte, devemos certificar-nos de que ela se dê da melhor maneira possível.

Ou seja, se a opção é pela morte do indivíduo, deve-se, então, optar pelo melhor método de se realizar a decisão.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou alguns dos aspectos fundamentais da teoria ética de Singer quanto à eutanásia. Entretanto, inferir que se trata de pontos já conclusos seria, em todo caso, uma imaturidade, visto que, são aspectos que contribuem e ampliam o horizonte de discussões relacionadas à bioética, já que, conforme demonstra o autor, a ética tradicional têm se esbarrado em questões que extrapolam a sua competência.

Ademais, além da busca para compreensão do ser humano, a filosofia também se relaciona com as questões práticas contemporâneas. Desse modo, busca por compreender e identificar soluções possíveis para conflitos éticos relacionados à ética prática, no caso aqui em vista à bioética.

A admissão por Singer de não haver um linha moral distintiva entre feto e bebês recém-nascidos, sejam estes últimos normais ou portadores de deficiência conduz a uma crítica à posição legal que permite o aborto nos casos diagnosticados como má formação do feto, mas que proíbe a eutanásia ativa em bebês com graves comprometimentos mentais, deixando a morte destes ao acaso. Sua

crítica expõe, desse modo, a fragilidade da prática médica, a qual está apoiada sob a concepção da doutrina dos atos e das omissões.

Notoriamente a abordagem ética de Singer exige uma mudança de perspectiva, sobretudo, sobre as questões relacionadas à vida, algumas dessas, tidas como tabus. A primeira, consiste em revogar a idéia antropocêntrica da ética, seguida da objeção de uma sacralidade da vida humana. A partir desses pressupostos, é possível chegar a discussão de maneira mais ampla de uma ética da terminação da vida.

E, não é preciso uma aceitação total da abordagem de Singer, já que não se trata de uma ética pronta e acabada, nem absoluta. Todavia, expor-se a esta abordagem permite conhecer a fragilidade de alguns argumentos éticos diante do avanço biotecnológico. Sua abordagem pode não ser suficiente para resolver os conflitos relacionados à ética prática, porém mostra-se necessária mediante as questões relacionadas à vida, sobretudo quando é preciso uma teoria ética capaz de sustentar argumentos para o debate sobre uma ética da terminação da vida.

Portanto, sem a pretensão de apresentar um trabalho conclusivo, a exposição aqui realizada, se por um lado não permite chegar a uma conclusão, por outro conduz a um ponto de partida para a discussão de questões relacionadas à ética prática e à eutanásia.

BIBLIOGRAFIA

ENGELHARDT JR, H. T. **Fundamentos da Bioética Cristã Ortodoxa**. Tradução de José A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 2003.

BENTHAM, J. **Uma Introdução aos Princípios da Mora e da Legislação**. Tradução de Luiz. J. Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

FELIPE, S. **Por uma questão de princípios**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

HARE, R. **Ética – Problemas e Propostas**. Tradução de Mário Mascherpe e Cleide Antonia Rapucci. São Paulo, UNESP, 2003.

PESSINI, L. **Eutanásia: Por que abreviar a vida?** São Paulo: Loyola, 2004.

SINGER, P. **Ética Prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____ **Vida Ética**. Tradução de Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

_____ **Libertação Animal**. Tradução de Marly Winckler. Porto Alegre: Lugano, 2004.